

**RELATÓRIO DE GESTÃO
PRESTAÇÃO DE CONTAS
EXERCÍCIO DE 2024**

Este relatório tem por finalidade, apresentar os resultados obtidos na Gestão do Poder Legislativo do Município de Afonso Cláudio, durante o exercício de 2024. O relatório atenderá as disposições contidas no art. 135 do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo e na Instrução Normativa 68/2000, Prestação de Contas Anual, bem como este relatório, abordará aspectos de natureza orçamentária, financeira, fiscal, operacional e patrimonial, demonstrando uma visão geral da Gestão Municipal no âmbito do Poder Legislativo, durante o exercício financeiro em foco, trazendo resultados de desempenhos e metas perseguidas para atingir os objetivos traçados no planejamento orçamentário.

ANÁLISE DO ORÇAMENTO

O orçamento aprovado para o exercício de 2024, fixou a despesa do Poder Legislativo em R\$ 6.002.000,00, não havendo no exercício abertura de créditos adicionais que alterasse o valor inicial, como demonstra o quadro a seguir:

DESPESA FIXADA	R\$	6.002.000,00
(+) Crédito Suplementares	R\$	1.418.504,70
(+) Créditos Especiais	R\$	0,00
(-) Reduções	R\$	(1.418.504,70)
DESPESA AUTORIZADA	R\$	6.002.000,00

No exercício, o Poder Legislativo realizou em despesas ordinárias, o valor de R\$ 5.463.376,36 , realizando um superavit de R\$ 386.037,07 devolvidos ao Poder Executivo durante o exercício de 2024.

Do total da despesa, o maior dispêndio foi com gastos de pessoal e encargos sociais no montante de R\$ 4.124.293,88. Os limites para o Poder Legislativo foram atendidos, para a LRF o percentual foi de 2,83% (dois virgula oitenta e três por cento) e para o limite do Art. 209-A da CF foi de 57,28% (cinquenta e sete virgula vinte e oito por cento).

Demonstrativo da despesa por categoria a seguir:

PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	4.124.293,88
DESPESA CORRENTE	1.318.882,48
DESPESA DE CAPITAL	20.200,00
TOTAL	5.463.376,36

ANÁLISE DA RECEITA

A título de duodécimo o Poder Legislativo recebeu a Prefeitura Municipal o valor de R\$ 6.002.000,00, valor esperado em acordo com o orçamento projetado para o exercício de 2024.

GESTÃO FINANCEIRA E ECONÔMICA

Balanço Financeiro

O Balanço Financeiro constitui-se em peça básica para a demonstração da Gestão Financeira, desenvolvida ao longo de um período, uma vez que conjuga as operações de receita e despesa orçamentária, além daquelas que, por natureza, independem de autorização na lei, com os saldos em espécie no início e no fim do exercício.

As operações financeiras se processam conforme demonstrativo a seguir:

Saldo Real em 31/12/2023 PASSADO	40.729,50
(+) Receita do período	6.002.000,00
(-) Devolução/ Anulação de Transferência Financeira	386.037,07
(-) Despesa paga no período	5.463.376,36
(-) Restos pago no período	40.559,90
(+) Inscrições	1.405.747,13
(-) Baixas	1.405.179,84
(=) Saldo Real em 31/12/2024	153.323,46

Do saldo remanescente observa-se que a Câmara Municipal deixou em caixa um valor de R\$ 111.713,77 (cento e onze mil, setecentos e treze reais e setenta e sete centavos), valor este que devera ser descontado do duodécimo no exercício de 2025.

ADIANTAMENTOS

No exercício foram realizados adiantamentos de suprimentos de fundos no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), que foram executados pela Servidora responsável Ana Paula Saiter Hortelã, no exercício prestou as contas devidamente conforme legislação.

TCEES

O município tem se esforçado no atendimento as recomendações e ou determinações do Tribunal de Contas do Estado, uma vez, que o controle prévio da despesa é efetuados através do auxílio do tribunal, podemos citar ao estudo dos pareceres técnicos em consulta colocados a disposição pelo TCEES.

ALMOXARIFADO

A administração vem a cada exercício se aperfeiçoando no funcionamento do almoxarifado, atualmente, todas as mercadorias que chegam na Câmara, são encaminhadas para o almoxarifado central, onde são catalogadas e controladas. O inventário anual está de acordo com as inscrições contábeis, bem como as mercadorias neles inscritas.

PATRIMÔNIO

O Patrimônio da Câmara Municipal em 31/12/2024 condiz com a realidade contábil, o Poder realizou o levantamento dos bens existentes, bem como reclassificou os materiais registrado em patrimônio, procedeu a depreciação conforme legislação. Hoje o valor registrado contabilmente, condiz com os bens inventariado, trazendo assim de forma correta e real o Patrimônio pertencente ao Poder Legislativo Municipal.

ALIENAÇÃO DE BENS

No Exercício atual, não houve alienação de bens.

RESTOS A PAGAR

No Exercício atual, o ATO 057/2024, anulou os restos a pagar oriundos de 2022 no valor de R\$ 130,00 da Associação da Feira Livre da Agricultura Familiar. Atendendo uma recomendação eletrônica emitida no Cidades/TCEES.

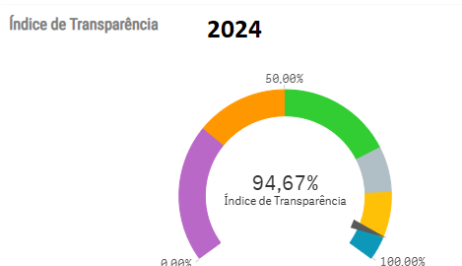
CONCILIAÇÃO BANCÁRIA

As conciliações Bancárias, anexas ao balanço, estão fidedignas com os saldos bancários e contábeis.

PUBLICIDADE

A publicidade institucional, meio pelo qual a população pode se informar dos atos praticados no Poder Legislativo, vem sendo desenvolvido através do Portal da Transparência em pleno funcionamento, outra via, podemos citar o site da Câmara Municipal www.cmac.es.gov.br onde estão elencadas várias das informações do Poder, dentre elas podemos citar toda a legislação municipal pode ser consultada através do portal. O meio utilizado para a publicidade das licitações e Gestão Fiscal é o diário oficial do Estado.

Além do mais, o Poder Legislativo subiu no quesito transparência segundo a ATRICON, conforme gráfico abaixo:



Nível de Transparência



Nível de Transparência

